



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE- UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS- CCJS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ANDRESSA SUCUPIRA DUARTE

A POLÍTICA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS:
um enfoque na atuação dos assistentes sociais

SOUSA – PB
2014

ANDRESSA SUCUPIRA DUARTE

A POLÍTICA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS:
um enfoque na atuação dos assistentes sociais

Monografia apresentada ao curso de graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG como requisito para o título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da professora Ms. Cibelly Michalane de Oliveira .

SOUSA – PB

2014

ANDRESSA SUCUPIRA DUARTE

A POLÍTICA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS:
um enfoque na atuação dos assistentes sociais

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como exigência pra obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof^aMs. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa
ORIENTADORA

Consuelo Barreto Martins de Melo
EXAMINADORA 1

Prof^aMs. Maria Aparecida Nunes
EXAMINADORA 2

Dedico esta monografia, primeiramente a Deus, que me inspirou em todos os momentos e foi meu alicerce nas horas mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Á Deus que me guiou em todos os momentos da minha vida;

Á minha irmã Allana Brunna que me incentivou a prestar o vestibular no ano de 2009 para ingressar no curso de serviço social.

Á minha família que direta ou indiretamente contribuiu e me incentivou a seguir em frente.

Á minha orientadora professora mestra Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa, a qual me disponibilizou seu tempo e sua atenção e compartilhou comigo os seus conhecimentos.

Ao meu noivo Diego Pereira de Carvalho, que esteve comigo em todos os momentos me proporcionando seu apoio incondicional e sendo meu porto-seguro.

Á minha amiga Amanda Pordeus que sempre me ajudou nos momentos mais difíceis, enfim, muito obrigada a todos!

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
EADS	Educação á Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
F.H.C	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de financiamento Estudantil
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Valorização do Magistério
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino
LDB	Lei das Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento Escolar
PNAES	Plano Nacional de EducaçãoEstudantil
R.U	Restaurante Universitário
SINAE	Sistema Nacional de Avaliação da Educação
SISU	Sistema de Educação Unificada

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico, cuja temática versa sobre a política de assistência estudantil nas Universidades Federais enfatizando o papel do Serviço Social na Educação Superior. Como fonte de consultas, recorreremos a literaturas, artigos e as leis que discutem sobre a política de educação. Para elucidar o referido assunto, realizamos uma retrospectiva histórica sobre a política de educação brasileira, abordando as peculiaridades que a mesma assume na contemporaneidade. Posteriormente, analisamos a inserção do Serviço Social na educação, enfatizando o papel desta profissão na educação superior à luz da assistência estudantil que é preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Diante das análises que nos trouxeram conclusões aproximativas da realidade educacional brasileira, podemos inferir que as estratégias recentes utilizadas para o desenvolvimento da política de educação vigente, na verdade se configuram como mecanismos do aparelho de Estado para mascarar a sua inoperância no tocante a forma precarizada com que a educação vem sendo ofertada à população. Destarte, acreditamos que o estudo em tela possa contribuir para iluminar o debate sobre a temática discutida.

Palavras-chaves: Serviço Social. Educação Superior. Assistência estudantil.

ABSTRACT

The present paper is an exploratory study of bibliographical character, whose theme is about the student politics in the Federal Universities emphasizing the role of Social Work in Higher Education. As a source of queries, we turn to literature, and articles that discuss the laws on education policy. To elucidate the said issue, we performed a historical retrospective on the Brazilian education policy, addressing the peculiarities that it takes nowadays. Subsequently, we analyzed the insertion of social work education, emphasizing the role of the profession in the light of higher student assistance that is advocated by the Law of Guidelines and Bases of Education (LDB) education. Given the analysis that brought us approximate conclusions of the Brazilian educational reality, we can infer that recent strategies used for the development of the current education policy actually are configured as mechanisms of the state apparatus to mask their inaction regarding the precarious way that education is being offered to the population. Thus, we believe that the study on canvas can help illuminate the debate on the issue discussed.

Keywords: Social Service. Higher Education. Student assistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
1 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA: uma breve retrospectiva	08
1.1 A política de educação em tempos neoliberais	12
1.2 Os programas de incentivo à educação	15
1.2.1 O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)	15
1.2.2 O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	16
1.2.3 O sistema de Seleção Unificada	17
2 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	19
2.1 O papel do assistente social na educação	21
2.2 A assistência Estudantil na Educação Superior	23
3 A EDUCAÇÃO SUPERIOR	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37

APRESENTAÇÃO

O Serviço Social inserido em um processo de desenvolvimento do trabalho profissional tem sua atuação no campo das mais amplas políticas sociais, dentre as quais, a política de educação.

A referida política proporcionou uma ampliação da inserção dos assistentes sociais nesse campo de atuação que apesar de não ser tão recente, ainda tem uma série de desafios a serem rompidos e conquistas a serem trilhadas.

Esse trabalho monográfico procurou subsidiar as temáticas que envolvem a atuação do assistente social no âmbito da política estudantil, dando ênfase a importância da prática profissional, seus fundamentos e eficácia. Para tanto, a temática desenvolvida, visa levar conhecimento de alguns aspectos teóricos, como também possibilidades e problemas verificados na prática com o intuito de suscitar a reflexão sobre a política estudantil e a atuação do serviço social em seu contexto.

Para discutir acerca de tais questões e aprofundar as discussões no tocante à temática, o nosso trabalho está estruturado em três capítulos, os quais passaremos a apresentar.

O primeiro capítulo traz uma trajetória sócio-histórica sobre a política de educação brasileira, enfatizando as peculiaridades desta política em tempos neoliberais.

No segundo capítulo, abordamos os programas criados pelo governo para incentivar a inserção da população na educação superior.

No terceiro capítulo discutimos sobre a inserção do serviço social na educação, qual o seu papel no cenário educacional, enfatizando as suas atribuições e competências na educação superior na perspectiva da assistência estudantil.

Por fim, apresentamos as considerações finais e as referências utilizadas para o desenvolvimento do trabalho.

Ressaltamos que as discussões aqui traçadas se configuraram como um sucinto delineamento de como a política de educação brasileira se estruturou e

vem sendo desenvolvida na contemporaneidade, porém, enfatizamos que diante da complexidade do assunto não nos aproximamos de todas as suas categorias analíticas. No entanto, acreditamos que o mesmo pode se configurar como objeto de pesquisas e consultas.

1 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA: uma breve retrospectiva histórica

A política de educação surgiu na idade moderna, no século XVII no Brasil, oficialmente se iniciou após a chegada dos portugueses, portanto, ainda era titulada quando só se habitavam os índios.

A educação brasileira teve seu início com a chegada dos padres jesuítas ao Brasil, em março de 1549, na companhia de Tomé de Sousa, onde construíram a primeira escola, no Brasil, com o objetivo de domesticar e catequizar os índios. Os jesuítas foram no período colonial os únicos educadores do Brasil, fundavam as escolas com a finalidade de ensinar-los a ler e a escrever. Porém, a educação privilegiava a elite das colônias, os índios só recebiam a catequese, sendo a educação dada a eles como um paliativo.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos pelo Marquês de Pombal que seqüencialmente se investiu das idéias iluministas com a finalidade de acabar com a educação jesuítica, não obtendo, porém êxito.

Em 1808 com a chegada da família real ao Brasil, obteve-se um novo rumo, onde surgiram instituições científicas e culturais, de ensino técnico e de alguns cursos superiores tendo as aulas e os cursos criados, a função primordial de atender as demandas oriundas da formação profissional.

Após a independência do país, em 1822, muitas mudanças no panorama sócio político e econômico se difundiram , em destaque os termos da política educacional. Na constituinte de 1823, houve a associação da educação popular com o apoio universal. Um dos compromissos da Constituição de 1824 era de resguardar a garantia de instrução primária e gratuita a todos os cidadãos. O Ministério da Educação (MEC) foi criado em 1930, sob o mandato de Getúlio Vargas..

Em 1920, surgiram as primeiras universidades brasileiras, a de Minas Gerais, em 1927, do Rio de Janeiro em 1920, e a Universidade de São Paulo, em 1934. No ano de 1937, com a instauração do Estado Novo, deu ao país uma constituição autoritária, ocasionando um retrocesso na educação. Foi no período da ditadura militar que o governo pôs em prática suas propostas ideológicas , reafirmando uma educação com base em um caráter anti-democrático.

O Ministério da Educação foi criado, em 1930, sob o mandato de Getúlio Vargas. Após a independência, nota-se a necessidade de desenvolver uma sociedade voltado para a política, vindo o Estado a desempenhar um papel para com a educação pública. Em 1931, Vargas criou o Conselho de Instrução do Império e da República, vindo a educação a ser uma estratégia de governo.

Após a queda do Estado Novo, em 1945, até meados da revolução de 1964, foi inaugurado um novo período autoritário, a educação brasileira sofre mudanças, onde surge em, 1951 a fundação CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior), em 1961, a instalação do Conselho Federal de Educação e a expansão do Ensino Médio e superior, em todo o país.

Em 1946, a União elaborou a Lei das Diretrizes e base da Educação (LDB). De acordo com a mesma, em seu capítulo II, dos Princípios e Fins da Educação Nacional:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- 1.igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- 2.liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- 3.pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- 4.respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- 5.coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- 6.gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- 7.valorização do profissional da educação escolar;
- 8.gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- 9.garantia de padrão de qualidade;
- 10.valorização da experiência extra-escolar;
- 11.vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco para a educação brasileira, com a redemocratização do país, onde assumiu responsabilidades e o compromisso com a erradicação do analfabetismo e o direito ao acesso do ensino fundamental para todos. Nesse sentido, a referida Carta Magna preconiza que:

Art. 205- A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da

sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(Brasil, 1988)

Em 1990, sob o governo do presidente Itamar Franco, que governou o país do período de outubro a dezembro de 1992, despertou o Plano Decenal de Educação para todos, o que não passou de uma educação básica fundamental escrita apenas no papel, sem sua plena efetivação, sendo em 20 de dezembro de 1961, sob e lei nº 4.024 que é reconhecida e fixada a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), tendo como requisito o compromisso do poder público de garantir o direito a educação a todos, entretanto, no Brasil antes dessa lei não havia uma lei própria para a educação, sendo a mesma um marco para a política de educação. Nessa mesma época, podemos destacar a presença da dualidade de ensino, Caracterizando desse modo a discrepância das pessoas, ou seja, as pessoas que tinham um maior poder aquisitivo, podiam então custear seus estudos nas escolas privadas e as que não possuíam poder aquisitivo algum iam para as escolas públicas.

Na contemporaneidade, público e para os pobres vêm se tornando sinônimos, com forte carga ideológica que mascara responsabilidades do Estado, impõe aos indivíduos o papel de protagonista de sua vida, descolando-o da noção de história e de parte da totalidade histórica, sem faltar que isso dificulta, na medida em que tem forte força de desmobilização das demandas sociais (SILVA, 2012, p.37).

O Estado usa de seu poder ideológico para persuadir às pessoas a respeito do seu papel de provedor da educação, atribuindo à população a responsabilidade com a sua formação, como se o acesso à uma educação de qualidade fosse resultado de um esforço particular e individual.

Foi após a aprovação da Lei nº 4.024/61, que se estabeleceu a educação de primeiro grau, a educação de grau médio e a educação de grau superior passando após da instauração da LDB, em 1996, a educação infantil (creches e pré-escola), sendo a primeira etapa da educação básica. Portanto, a política de educação atual tem por base a Constituição Federal de 1988 e a Lei das Diretrizes e Bases da

Educação (LDB, 1996), o que seqüenciou o processo de descentralização e municipalização das políticas sociais e da educação.

Nos anos 1990, o governo brasileiro universalizou as matrículas para o ensino fundamental, porém, não garantia a certificação da qualidade, e o ensino médio ficou priorizado apenas para os que cursavam o ensino fundamental.

O financiamento da educação proposta da Constituição Federal de 1988 é 18% de recursos da União e 25% dos Estados e Municípios, porém, a União tem sua função na redistribuição, que ficou acordada pela manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e valorização do Fundo de Manutenção e Valorização do Magistério (FUNDEF), sendo substituído a posteriori em 2007, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e valorização do Magistério.

No governo Lula, a educação obteve uma melhora significativa, principalmente na educação superior, com o desenvolvimento de programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), e a ampliação do FIES que veremos mais detalhadamente a seguir.

O Ministério da Educação (MEC) dispõe de eixos em sua política para que os princípios sejam acatados, tais como redefinição do financiamento da educação, formação continuada de profissionais da educação e o aumento para nove anos no fundamental.

O salário referente à educação é financiado por outras fontes, que são independentes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), estão dentre elas também o programa dinheiro direto na escola, a merenda escolar e programas para a distribuição de fardas escolares.

As mudanças ocorridas, ao longo das últimas décadas do século vinte no modo de produção capitalista, foram decisivas para um conjunto diversificado de requisições ao campo da educação.

Diante da breve contextualização da política de educação brasileira, podemos observar que a mesma não teve muita progressão em relação ao sistema gratuito e

universalista, de acordo com as prerrogativas da Constituição Federal de 1988, tendo sua história marcada pela dualidade entre as ações públicas e privada, que sequenciam até a atualidade, tendo a educação um papel de mercantilização, sendo um direito, porém, na realidade é oferecida como compra e venda e um serviço.

1.2A política de educação em tempos neoliberais

Ao final do século XX, o liberalismo político e o liberalismo econômico se articulam e constitui o projeto chamado neoliberalismo. O neoliberalismo, também, é chamado de ideologia de mercado, sendo sua ação, focalizada na redução a intervenção estatal na economia.

O neoliberalismo se configurou como uma estratégia de saída para solucionar os problemas cíclicos do capitalismo, minimizando o papel do Estado em relação a garantia dos direitos sociais, tendo sua prerrogativa na livre iniciativa, na não intervenção do Estado na economia, no fornecimento de Estado mínimo para o social e máximo para o capital. O neoliberalismo busca a não promoção pelo Estado das políticas sociais básicas, deixando-as para a responsabilidade da própria sociedade, passando conseqüentemente o repasse as demandas oriundas da iniciativa privada, tendo acesso apenas as pessoas que disporem de um melhor poder aquisitivo financeiro. Os direitos sociais são tratados como mercadoria em benefício do capital, sendo a mão invisível do mercado quem controla as relações.

De acordo com Azevedo (2001, p.11), o neoliberalismo:

[...] questiona e põe em cheque o próprio modelo de organização social e política gestada com o aprofundamento da intervenção estatal. Menos estado e mais mercado, é a máxima que sintetiza suas postulações, que tem como princípio chave a noção de liberdade individual.

Ou seja o Estado é convocado pelo capital, a ser o responsável direto nas relações de produção e a agir em benefício do mesmo, reduzindo as políticas sociais e dando incentivo a privatização.

O neoliberalismo se apropria da educação para utilizar suas doutrinas ideológicas para dominar a população, repassa seus princípios para reproduzir seus valores, usa a escola como se fosse um mercado, trazendo meios de gerenciamento

empresarial para consubstanciar a ideologia neoliberal na sociedade e dar suporte ao indivíduo ter uma adaptação ao mercado de trabalho, incentiva aos estudantes a se qualificarem para terem condições seguras de competir no mercado de trabalho, onde no mesmo só ingressará o melhor.

Para o neoliberalismo, a educação tem como foco principal promover formação ao indivíduo para que adquiram uma qualificação necessária a um mercado de trabalho cada vez mais excludente, onde os melhores e mais bem qualificados é que terão êxito e sucesso profissional e econômico.

Nessa perspectiva, e diante do processo velado de sucateamento das políticas públicas, a educação passa a ser uma relação meramente mercantil, pois para o discurso neoliberal, ela deixa de ser do campo social e político, ficando atrelada ao mercado. Portanto, a educação se torna mercadoria, sendo seu conteúdo um direito do consumidor, no caso os alunos.

Sendo assim, tal política incentiva o poder público a transferir para os setores privados as responsabilidades e os méritos na área da educação, com a finalidade de beneficiar o capitalismo, privatizando o ensino, ficando disponível o ensino de melhor qualidade para as pessoas com melhor poder aquisitivo e o restante da população desprovida de recursos financeiros apenas com um ensino básico e deficiente. Nota-se então uma estratégia de desresponsabilização do Estado para com a educação, sendo essa uma exigência do capitalismo.

O modelo de educação pregado pelo neoliberalismo, é transformar o ensino em um ótimo negócio de renda, em favor do interesse do sistema capitalista.

Candeias (1995, p167) aponta que “[...] é para as massas, para o comum das pessoas, aprender a ler, a escrever, a contar [...], é mais do que suficiente, para o papel que deles se espera: o de subordinados.”

Ou seja, para o capitalismo é mais conveniente e interessante que a maioria da população, apenas tenha uma educação básica de ensino, voltada para a sua ideologia dominante, com a função de apenas aceitar e cumprir o que lhes for imposto, sem indagar a respeito, sem uma preocupação de fazer qualquer crítica que vá contra os preceitos do sistema, que disponha de mão-de-obra barata e com pouca formação e instrução educacional, tendo uma educação voltada apenas para

ser informada a massa, subordinada as ordens e as vontades impostas, sem uma formação crítica de opinião.

A educação no neoliberalismo influencia um modo de vida cada vez mais voltado para um sistema competitivo e individualista entre as pessoas, contribuindo e afirmando a idéia de exclusão originária do modelo econômico em vigência.

Por meio de entidades públicas não-governamentais, o Estado convoca a iniciativa privada a compartilhar das responsabilidades pela educação, reafirmando a velha tese da social democracia de que se a educação é uma questão pública não é necessariamente estatal (SHIROMA *et al*, 2004, p.116).

Nessa perspectiva, o Estado passa a responsabilidade de gerir as políticas de educação para as entidades não-governamentais, as ONGS, desresponsabilizando das suas obrigações.

1.2 Os programas de incentivo à educação

O Brasil, nos últimos anos, vem desenvolvendo alguns programas de incentivo aos alunos do país, tais como o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), PROUNI Programa Universidade para todos), FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e o SISU (Sistema de Educação Unificada), conforme discutiremos a seguir.

1.2.1 O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

O ENEM foi criado, no ano de 1998, com a finalidade de analisar o desempenho dos estudantes ao concluir o nível de escolaridade básica. O Exame é disponível não apenas para os alunos que estão concluindo o ensino médio, mas também, para as pessoas que já concluíram nos anos que antecedem. O mesmo é usado como uma seleção para os alunos que almejam concorrer ao PROUNI ou ao SISU.

A prova do ENEM, consta de 180 questões de múltipla escolha e de uma redação. Tendo quatro cores de provas (amarela, rosa, azul e branca), para evitar as

fraudes. O novo ENEM exige a compreensão de textos contidos, valorizando a lógica de cada aluno, sendo este um método distinto do anterior, onde eram abordadas apenas questões do ensino médio, avaliando, portanto, as idéias e a capacidade de raciocínio lógico dos alunos, individualmente.

Estão aptos a participar do ENEM, todos os estudantes do ensino médio da rede pública e privada, os estudantes com deficiência, dentre outros. Para concorrer às bolsas integrais, os estudantes devem comprovar que a renda familiar é de até um salário mínimo e meio por pessoa e para concorrer as bolsas parciais (50%), é necessário que o estudante comprove que sua renda familiar é de até três salários mínimos por pessoa.

A inscrição do processo seletivo PROUNI é gratuita e realizada pela internet. Ao encerrar o prazo inscrições, o PROUNI classifica os estudantes conforme as notas obtidas no ENEM, onde serão realizadas duas chamadas, tendo os candidatos selecionados um prazo estabelecido para se apresentarem a instituição de ensino, levando consigo os documentos pessoais que confirmem as informações contidas em sua inscrição.

Ao final das chamadas, o aluno poderá demonstrar seu interesse em se inserir na lista de espera do PROUNI, para o preenchimento das bolsas remanescentes.

Na primeira edição de 2014, o PROUNI registrou 1.259.285 inscritos interessados em concorrer a bolsas de estudos em instituições particulares. De acordo com o balanço final, o número de inscrições chegou a 2.424.354, cada candidato pode fazer até duas opções de instituição e curso.

Neste primeiro semestre, o programa oferece 191,6 mil bolsas, sendo 131.636 bolsas integrais e 59.989 parciais, em 25,9 mil cursos. Isso significa crescimento de 18% na oferta em relação à primeira edição do ano passado.

É imprescindível para realizar a inscrição no PROUNI, que o aluno tenha realizado a última prova do ENEM, ter obtido uma pontuação de no mínimo 450 pontos na média das cinco notas, e, sobretudo não ter atribuído nota zero na redação.

1.2.2 O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)

O FIES é um programa oriundo do Ministério da Educação, com a finalidade de conceber o financiamento aos estudantes que estão matriculados em cursos superiores presenciais privados, ou seja, não-gratuitos.

Para se obter o financiamento, é obrigatório que a cada trimestre (três meses), o estudante pague o valor de R\$ 50,00, que se refere ao pagamento dos juros sobre o financiamento.

Ao concluir o curso, o aluno terá uma carência de 18 meses para se organizar financeiramente, conseguir um emprego, porém, nesse mesmo período, pagará a cada três meses o valor máximo de R\$ 50,00, também referente ao juros que incidem sobre o financiamento.

Ao término do período de carência, o saldo devedor deverá ser dividido em até três vezes o período financiado do curso, com o acréscimo de doze meses. O FIES, pode ser solicitado pelos estudantes de graduação privados, que cursem cursos presenciais de graduação privados, que forem avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação (SINAÉ), que forem ofertados por instituições de ensino superior que participem do programa que atendas as exigências do FIES. A taxa de juros é de 3.4% ao ano para todos os cursos.

Para conseguir o FIES é necessário a apresentação de um fiador, sendo que os alunos bolsistas parciais do PROUNI ficam dispensados da exigência do fiador, e os alunos que estão matriculados em cursos de licenciatura, ou que tenham uma renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio e, que tenham optado pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo.

1.2.3 O Sistema de Seleção Unificada (SISU)

O SISU é o Sistema de Seleção Unificada, é um sistema informatizado, gerido pelo Ministério da Educação, onde as instituições públicas de ensino superior disponibilizam vagas para os candidatos do ENEM.

A inscrição do SISU é disponível para os candidatos que fizerem o ENEM e que tenham obtido nota superior a zero na redação. Tendo, portanto uma nota de

corte adotada pelas instituições, sendo que se a nota do candidato não for suficiente para concorrer ao curso, o candidato receberá um aviso pelo sistema.

O SISU é realizado através de apenas uma etapa na inscrição. Ao ser feita a inscrição, o aluno deverá escolher até duas opções dentre as vagas que serão ofertadas pelas instituições que estão inseridas no SISU. Ao término da etapa de inscrição, o sistema seleciona os candidatos que obtiveram as melhores notas e de acordo com as notas, enquadra o candidato no curso escolhido.

Para se inscrever no SISU e no PROUNI, é necessário que os candidatos atendam os critérios exigidos pelo programa. Ambos utilizam do ENEM como porta de acesso de selecionar os candidatos dos dois programas, deverá fazer a opção pela bolsa do PROUNI ou pela vaga do SISU, não podendo ser concedida as duas opções, sendo proibido que o estudante utilize de uma bolsa do programa e esteja matriculado em uma instituição superior pública e gratuita.

Neste ano o número de inscritos do SISU teve crescimento de 31%, foram 2.559.987 inscritos, já que cada candidato pôde fazer até duas opções de curso. Foi o maior em número de inscrições desde a criação do programa em 2010.

Os estudantes puderam optar entre mais de 4 mil cursos espalhados em 115 universidades e institutos federais, presentes em todos os Estados da federação.

No governo Lula, a educação superior foi expandida a partir do desenvolvimento dos referidos programas. Porém, há uma dualidade na operacionalização dessa política, na medida em que se identifica a forte presença de dois projetos contraditórios, ou seja, um que fortalece o mercado e o outro que procura de forma precária e minimalista “atender” os direitos da população usuária. Nesse sentido, torna-se imprescindível o investimento do governo nessas políticas.

2 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, que intervém na produção e reprodução das relações sociais, tendo obtido seu espaço sócio-ocupacional na operacionalização das políticas públicas.

Dentre as políticas sociais em que essa profissão pode atuar, destaca-se a Política de Educação, onde os assistentes sociais podem atuar na perspectiva do fortalecimento dos direitos dos discentes, podendo realizar trabalho junto às famílias destes.

[...] a inserção do assistente social na área da educação não se constitui em um fenômeno recente, sua origem remonta aos anos iniciais da profissão em sua atuação marcadamente voltada para o exercício do controle social sobre a família proletária e em relação aos processos de socialização da classe trabalhadora, durante o ciclo de expansão capitalista, experimentado no período varguista (ALMEIDA, 2007, p. 6).

A inserção do profissional do Serviço Social na política de educação realizada para dar respostas as requisições sócio-institucionais de ampliação das condições que garantam acesso e permanência dos alunos para atuar mediando os programas governamentais instituídos mediante uma série de lutas e reivindicações dos sujeitos que compõem a sociedade. É a partir da década de 1990 que o serviço social é inserido no contexto da política de educação, a partir da consolidação do projeto-ético político profissional e concomitante com as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, oriundas do capitalismo e do neoliberalismo, que envolve as políticas sociais e em especial a política de educação como um direito de todos.

A dimensão educativa do trabalho do assistente social deve ser considerada não apenas em termos de valorização da sua inserção nas unidades educacionais, mas do seu envolvimento com os processos sociais em curso, voltados para a construção de uma nova hegemonia no campo da educação e da cultura, dos quais os educadores trazem significativos acúmulos e tradição, seja no campo do pensamento intelectual, seja nas ações profissionais e políticas (ALMEIDA, 2005, p.25).

É a partir do neoliberalismo, conforme fora discutido no primeiro capítulo deste trabalho, que há o desmonte das políticas sociais, onde o Estado reduz os gastos com o social, o que acarreta prejuízos para o ensino público e o surgimento do desemprego e da fome, que imbrica o comprometimento com o sistema educacional.

Ratifica-se que é justamente diante desse contexto histórico que se necessita do trabalho do profissional do serviço social, para atuar junto às políticas sociais e os problemas ocasionados por eles.

Um novo campo que tem surgido como espaço de objetivação desse trabalho é a educação profissional e tecnológica, conseqüência de uma significativa expansão da Rede Federal e Tecnológica no Brasil.

O Serviço Social inserido no âmbito da política de educação almeja que essa política seja de qualidade e emancipadora, a qual propicie ao estudante a oportunidade de pensar e decidir como sujeito e autor da sua história, uma educação intelectual, livre de preconceitos, que garanta , autonomia aos sujeitos sociais e históricos.

O assistente social é insere-se na contradição das lutas de classes para garantir a efetivação da educação de qualidade o que deriva a ampliação dos programas de apoio assistencial à política de educação. Portanto, a principal causa da inserção do Serviço social na política de educação é a garantia do acesso e permanência dos discentes nas universidades, embora que diante do sucateamento e precarização que vem peculiarizando a política de educação nas últimas décadas esses profissionais sejam obrigados a fazerem a seleção das necessidades apresentadas pelos alunos, ou seja, a “seletividade da miserabilidade” dos discentes. O serviço social é inserido na política de educação na busca de amenizar os conflitos dos alunos, e de dar suporte aos mesmos para adquirirem o direito e a acessibilidade dos programas sociais a eles destinados.

Como afirma Pinheiro (1985, p.45):

Só o serviço social pode criar esse ambiente pela impossibilidade dos professores de cuidarem simultaneamente, dos alunos e dos pais. O entrosamento da escola ao lar requer tempo paciência, compreensão e trabalho constante da assistente social sob formas

inteiramente diversas das dispensadas pelo mestre ao discípulo. O serviço social deverá, pois, [...], conhecer as condições locais, materiais e sociais, de modo a deduzir as suas necessidades imediatas.

Nesse sentido, compreende-se que a intervenção dos assistentes sociais na área da educação se dá pela ampliação da compreensão de que a relação ensino x aprendizagem extrapola os limites da sala de aula.

A Lei nº 837 de 01 de julho de 2005, versa sobre o Projeto de Lei que preconiza o trabalho dos assistentes sociais nas escolas, vejamos:

Art 1º- O poder público deverá assegurar atendimento por psicólogos e assistentes sociais a alunos das escolas públicas de educação básica que dele necessitarem; § 1- O atendimento previsto no caput deste artigo será prestado por psicólogos vinculados ao sistema Único de Saúde (SUS), e por assistentes sociais vinculados aos serviços públicos; §2- Os sistemas de ensino, em articulação com os sistemas públicos de saúde e assistência social deverão prever a atuação de psicólogos e assistentes sociais nos estabelecimentos de educação básica e assistência social a alunos de escolas públicas de educação básica, ficando em qualquer caso, número de vezes por semana e horários mínimos para esse atendimento.

Todavia, sabe-se que o referido projeto ainda não foi aprovado, restando aos assistentes sociais e a população usuária da educação pública o anseio para que mesmo possa ser efetivada dada a importância que esta categoria profissional tem na perspectiva da mediação dos interesses divergentes.

2.1 O papel do assistente social na educação

Embora a dimensão da atuação do assistente social na educação seja mais expressa na garantia do acesso da permanência escolar ou universitária, tal atuação não se remete apenas as políticas voltadas para os estudantes, pois é bem mais abrangente, envolve todos os componentes da instituição, tais como gestores, professores, e também, outros trabalhadores que colaboram com a educação, o que imbrica o reconhecimento da busca por uma educação de qualidade e a educação pública como um direito social, atuando não no individual, mas no coletivo.

Todavia, a atuação do assistente social no âmbito universitário, é marcada pelas políticas, programas e projetos na área da assistência estudantil, e também na concessão de bolsas de custeio destinadas aos estudantes que as solicitem e, que comprovem não dispor de poder aquisitivo que garanta sua manutenção e permanência no âmbito universitário, discussão a qual será realizada no item 2.3 deste trabalho.

Nesse sentido, a atuação na política de educação requer um profissional que seja atribuído de competência teórica e política, que tenha condições e preparação intelectual para interagir junto a política de educação.

Conforme Iamamoto (1992), a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes:

Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contraditórios, que convivem em tensão. Responde tanto as demandas do capital como a do trabalho, e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação do seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração, como, ao mesmo tempo, e pela mesma atividade, de respostas as necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor da história (IAMAMOTO, 1992, p.99).

Seguindo a referida autora, podemos afirmar que o Serviço social tem sua atuação marcada pela mediação entre as classes (capital e trabalho), com a responsabilidade de atender a demanda de ambas. O Serviço social é convocado pelo capital para atuar junto a classe trabalhadora, e amenizar os conflitos e entraves entre as classes, com a finalidade de convencer a classe trabalhadora a aceitar sua condição de dominada, conforme a ideologia capitalista, e fazer a mediação dos conflitos oriundos da questão social.

De acordo com a cartilha lançada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2013), os subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação, trazem as competências e atribuições destes profissionais na política de educação, baseada na Lei de Regulamentação da Profissão.

Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais; Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, no cenário internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ações contidas na realidade; Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS,1996).

No âmbito da educação superior, os assistentes sociais podem atuar na assistência estudantil. Assim, o profissional de Serviço Social que atua na assistência estudantil, é responsável por recolher toda a documentação dos estudantes para avaliar sua situação sócio-econômica, de acordo com os parâmetros exigidos pelas instituições, realizar entrevistas e, posteriormente elaborar parecer social, onde apresenta o deferimento ou indeferimento do benefício.

Contudo, a atuação profissional do assistente social é focada justamente na garantia da permanência na educação, onde são abordadas duas situações tais como o desenvolvimento de ações articuladas ou decorrentes daquelas dirigidas a garantia do acesso ou a de ações que se configuram a partir de políticas, programas e projetos específicos para o atendimento de tal necessidade.

De acordo com o CFESS (2011) são atribuídos aos assistentes sociais, um conjunto de ações que articula as dimensões de atuação profissional, tais como:

Abordagens individuais e coletivas junto às famílias dos estudantes e trabalhadores na política de educação; a intervenção coletiva junto aos movimentos sociais como condição fundamental de constituição e reconhecimento dos sujeitos coletivos frente a ampliação dos direitos sociais, do direito a uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade; a dimensão investigativa que particulariza o exercício profissional não deve estar desvinculada das demais dimensões do trabalho profissional relativa a inserção dos assistentes sociais nos espaços democráticos de controle social; construção de estratégias juntos aos estudantes, famílias professores e trabalhadores da educação; a dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais, de sua rede de serviços da legislação social que caracteriza a profissão; a dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços , no âmbito das políticas de educação, dimensão do

trabalho, trabalhos interdisciplinares e potencializados e ações intersetoriais (CFESS, 2011).

Ressalta-se que tais atribuições requisitam profissionais munidos de um saber não apenas interventivo, mas teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, de modo que esses profissionais se tornem capazes de intervir criticamente nas demandas cotidianas que se apresentam como refrações da questão social em todas as suas esferas.

2.2 A assistência Estudantil na Educação Superior

A educação brasileira em sua legislação é situada como um direito universal, inalienável, uma ferramenta para dar suporte a emancipação social dos indivíduos, na perspectiva de oferecer a formação intelectual e integral ao ser humano.

Porém, evidencia-se que educação não tem sido uma realidade efetiva para todos os seres humanos, pois ainda muitos deste são privados de tê-la.

Para Gadotti (1981, p.5),

As classes populares, no Brasil, sempre estiveram a margem do poder. Em consequência, as aspirações populares, em matéria de educação, não encontram ressonância: a educação é eminentemente elitista e antipopular.

Seguindo a idéia do autor, e com estudos sobre essa afirmação, podemos afirmar que, a educação está pautada e direcionada para as pessoas que detêm melhor poder financeiro aquisitivo, o que indica que as pessoas que tiverem oportunidade de estudar em escolas particulares ou ter acesso a cursos pré-vestibulares, têm maior capacidade de serem aprovadas nos concursos vestibulares, em detrimento de outros que por não deterem de condições econômicas favoráveis para custear uma escolar particular, ficam a mercê de um ensino público estrategicamente sucateado e precarizado, que não propicia aos seus alunos subsídios teóricos capazes de prepará-los em nível de igualdade para inserção no âmbito universitário público.

Desse modo, é notório que o Brasil, tem sua educação voltada para a classe que detém melhor poder aquisitivo, detida ao neoliberalismo, o qual pretende fazer da educação uma mera mercadoria, com a única finalidade de lucrar.

Por essa razão, Gadotti (1981) afirma que a educação brasileira é elitista e antipopular, pois há uma disparidade entre o acesso a um ensino de qualidade para os alunos, tornando cada vez mais distanciada a possibilidades dos cidadãos da classe média e baixa se inserirem em universidades públicas.

Alves (2002, p.29) afirma que,

A universidade tem a tarefa de formar agentes culturais mobilizados que usem a educação como instrumento de luta pela ampliação dos direitos humanos e pela consolidação da cidadania. [...] Por isso, há a necessidade da democratização do Ensino Superior, democratização essa voltada não apenas a ações de acesso a universidade pública gratuita, como também como mecanismos para a permanência, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguir sua vida acadêmica com sucesso.

Nessa perspectiva pode assinalar que é necessário não só o acesso a universidade pública e gratuita aos estudantes derivados de escolas públicas e sem condições financeiras, é principalmente explícita a necessidade de disponibilizar aos mesmos, condições de suporte e de permanência no âmbito universitário, pois grande parte dos alunos não consegue seguir com o curso na graduação, devido a premência que muitos tem de trabalhar para sua manutenção nas universidades ou até mesmo, para contribuir com o orçamento familiar, o que em contrapartida, ocasiona uma grande dificuldade para obterem êxito em suas atividades acadêmicas.

O programa auxílio-estudantil nas instituições tem por objetivo atender os estudantes em situação de vulnerabilidade social sendo este o programa que tem requisitado o profissional do Serviço Social, no qual muitas vezes o assistente social vem sendo reduzido e confundido com o auxílio-estudantil, onde o profissional é identificado como principal responsável pela execução e garantia de efetivação da política de assistência estudantil, conforme discutiremos posteriormente.

É pautado nesse impasse, que o profissional do Serviço Social é convocado para contribuir atuando dentro do contexto acadêmico, na proposta de dar apoio aos estudantes, tendo a assistência estudantil com um instrumento para o direito social, a fim de dispor de meios para a superação dos obstáculos que bloqueiam o desempenho dos alunos, com a finalidade de amparar e impulsionar sua graduação, para que se amplifique e realize um desempenho suscetível, o que fomenta a diminuição da evasão e o trancamento das disciplinas e das matrículas.

Portanto, cabe-nos enfatizar que:

A discussão sobre a assistência estudantil é de grande relevância, o Brasil é um dos países em que se verificam as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de alunos que vencerem a difícil barreira do vestibular já ingressou em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições sócio-econômicas de iniciar, ou de permanecer nos cursos escolhidos. Além do que, percebemos que a assistência estudantil pode ser trabalhada sob diferentes perspectivas: de um lado como direito, e do outro como investimento (ARAÚJO, 2003, p.99).

A luz do pensamento do autor acima citado, é perceptível a desigualdade social dentro da academia, pois apesar dos alunos ultrapassarem a peneira que é o concurso vestibular, ao adentrarem os muros das universidades, se distinguem dos demais, por não disporem de condições de sobrevivência para prosseguirem o curso por eles escolhido.

Uma pesquisa realizada nas Instituições Federais de Ensino (IFES), 2013 comprovou que os principais índices sociais exigentes para a permanência dos estudantes nas universidades são a moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho, o que causa uma deficiência para a permanência na universidade.

Somadas as dificuldades para a permanência dos discentes nos cursos superiores, está a ausência de condições para a alimentação, nesse sentido, os Restaurantes Universitários (R.U), é de suma importância para a qualidade de vida dos discentes, daí ratifica-se a necessidade do governo federal manter, investir e ampliar os programas destinados aos discentes inseridos na educação superior.

Destarte, os serviços oferecidos tais como residências universitárias, restaurantes universitários, bolsas de estudo que incentivam a pesquisa e a extensão, as quais possibilitam que os estudantes carentes possam dar continuidade aos estudos, são imprescindíveis para a permanência destes no ensino. Sem contar que é dever do governo federal garantir condições para o acesso e permanência dos estudantes na educação superior.

Nesse sentido, cabe-nos enfatizar o REUNI, instituído através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, se configura como um programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais, que tem como objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. O Reuni é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

O edital do Reuni é oferecido pelas próprias universidades que oferecem cursos de extensão, e cada uma dessas universidades oferecem centenas, até mesmo milhares, de bolsas todos os anos. As bolsas variam no seu valor entre R\$1.200,00 e R\$1.800,00 em média, mas podem variar de universidade para universidade e de curso para cursos, a depender se é uma pós-graduação, mestrado ou doutorado. Para receber a bolsa de estudo, o aluno deve ter um cadastro na universidade que deseja cursar, uma conta no Banco do Brasil para receber o valor da bolsa e assinar um termo de compromisso não empregatício. Os documentos podem ser baixados nas reitorias das universidades (www.reuni.mec.gov.br).

Segundo o Ministério da Educação (2012) O governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior.

Também existe o programa de Residência Universitária, o qual é destinado a estudantes oriundos de famílias carentes que são selecionados através de avaliação sócio-econômico. Ao serem selecionados, os estudantes passam a residir em domicílios coletivos custeados pela universidade até a conclusão do curso. Ressalta-

se que esses domicílios geralmente funcionam no território geográfico das próprias universidades.

Vale salientar que para ter acesso aos programas ofertados pelas instituições, é exigida toda uma documentação dos alunos e de seus familiares, que comprovem a real necessidade do discente, ou seja, que ratifiquem que estes não dispõem de meios financeiros para se sustentarem na universidade, onde é realizado um questionário sócio-econômico dos mesmos e, são submetidos a entrevistas, nas quais terão um parecer da concessão ou não do benefício, de acordo com os documentos apresentados e das informações coletadas entrevistas realizadas por assistentes sociais.

No Brasil, uma grande conquista que marca a política de educação é o incremento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), fixado em 12 de dezembro de 2008, oriundo do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que teve sua implantação e consolidação no governo LULA, regido pelo escopo de prestar atendimentos aos alunos matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais (IFES), para dar sustentação a permanência dos alunos de baixa renda. O programa compreende a assistência estudantil na áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência a saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

Ou seja, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tem o escopo de propiciar igualdade de oportunidades a todos os alunos, concedendo-lhes viabilidade nas oportunidades e contribuindo para uma melhoria satisfatória do aluno em seu desenvolvimento na academia, interagindo para diminuir a evasão devido à dificuldade financeira e, reprovação nas disciplinas cursadas pelos mesmos.

3. A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Conforme Fernandes (1989), podemos verificar que a escola superior não disponibiliza de uma educação plena e satisfatória, oferece apenas uma educação básica, minimalista, voltada apenas para dar formação técnica, para atuar em trabalhos voltados para o campo da política, o que vai de encontro com os interesses almejados pela coroa portuguesa, transfigurando a escola superior em escolas de nível médio.

Foi a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista que houve a necessidade de expandir a educação superior, com a finalidade de promover a capacitação da força de trabalho para atender as alterações produtivas, ou para difundir o pensamento de que ele busca uma política inclusiva. Já a burguesia brasileira exige uma modernização no âmbito da educação superior para dar suporte às modificações no capitalismo, o que imbrica a participação assídua para reivindicar uma reforma na educação universitária brasileira, acelerando o crescimento econômico, em meados da modernização educacional.

Portanto, cabe-nos enfatizar que a expansão do ensino superior foi realizada pelo regime burguês-militar, o que despertou as expectativas no acesso a mesma por parte da própria burguesia.

De acordo com o significado político e acadêmico da reforma educacional ocorrida em 1968, Fernandes afirma que a ditadura concentrou-se em três ações fundamentais:

A primeira foi preparar uma reforma universitária que era uma antireforma, na qual um dos elementos atacados foi os estudantes, os jovens, os professores críticos e militantes. [...] Além disso, a ditadura usou outro truque: o de inundar a universidade. Simulando democratizar as oportunidades educacionais do nível de terceiro grau, ela ampliou as vagas no ensino superior, para sufocar a rebeldia dos jovens, [...]. Por fim, um terceiro elemento negativo foi introduzido na universidade: a concepção de que o ensino é uma mercadoria. O estudante não saberia o valor do ensino se ele não pagasse pelo curso. Essa idéia germinou com os acordos MEC.USAID, com os quais se pretendem estrangular a escola pública e permitir a expansão do ensino comercializado (FERNANDES,1989, p.106).

A ditadura buscou mistificar uma reforma universitária que não existia, mascarando uma democratização de oportunidades na educação, voltadas para o ensino superior para amenizar às revoltas derivadas dos jovens, e usando de uma ideologia conservadora usando a educação como mercantilização, como forma de comércio, para incentivar aos estudantes a usufruírem de um ensino superior privado, e que os mesmos só lhes atribuiriam importância se pagasse por ela.

Já a expansão da educação brasileira no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002), tem seu marco na ampliação do setor privado e na privatização interna das IES públicas.

Segundo dados fornecidos pelo Censo da Educação Superior de 2002, constata-se que ocorreu um aumento significativo no ingresso na educação superior brasileira nos anos 1990 e início do novo século, e ao final do governo de FHC em 2002 o ingresso em IES públicas somava 320.354, enquanto na IES privadas somava 1.090.854 (BRASIL, MEC/INEP/2002).

O acesso à educação superior através das universidades privadas se dá de maneira invertida cujo foco central persiste apenas na formação para o mercado de trabalho, tendo em vista que as instituições privadas não tem determinação legal para implementar políticas de pesquisa e extensão, na medida em que somente as universidades são caracterizadas como instituições em que há a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Outro preocupante aspecto que merece ser apontado em relação à organização acadêmica das instituições privadas é que em 2002 o número dessas instituições estavam assim distribuído: de 1.637 IES 162 eram universidades, 77 eram centros universitários e 1.398 eram faculdades isoladas (BRASIL, MEC-INEP, 2002).

Ressalta-se que esse acesso estava direcionado, preferencialmente, aos cursos de curta duração, cursos seqüenciais, cursos à distância, caracterizando o processo de aligeiramento da formação profissional e de certificação em larga escala vigente naquele período (LIMA, 2007).

O governo investiu nas IES, focalizando as instituições privadas não-universitárias que não são obrigadas legalmente a institucionalizar o tripé ensino,

pesquisa e extensão, o que lhe é, mais interessante, mais lucrativo,, que só é exigido no âmbito universitário, tão quanto a abrangência de ofertas nos cursos a curto prazo de duração, cursos a distância (EADS), o que acarreta uma formação rápida, a tecnificação para a inserção no mercado de trabalho. No governo de Fernando Henrique Cardoso, houve a venda dos serviços destinados a educação, o que inclui a expansão da educação superior, através da disponibilidade de cursos pagos, tais como as pós-graduações, a política de extensão universitária, criação de mestrados, todos em parceria das empresas privadas com o governo, o que acarreta uma contra-reforma do Estado, onde a educação superior sofre e passa a ser pública e não-estatal, serviço terceirizado.

A universidade brasileira sob a égide do neoliberalismo tem como articulação a operacionalização do número das universidades públicas sob a divisão entre ensino, pesquisa e extensão. O financiamento da política educação superior é através de incentivos a privatização das universidades públicas, com a concessão de incentivos fiscais oferecidos pelo governo às universidades privadas.

Para Sguissardi (2003) no governo de FHC, se expressou dois modelos de universidades: As universidades napoleônicas e as universidades neo-humboldtianas.

Naquelas predominariam critérios e indicadores como: ausência de estruturas de pesquisa e pós-graduação stricto- sensu consolidada e reconhecida ; presença majoritária de docentes em regime de tempo parcial ou horista para a pesquisa ; isolamento das universidades ou porque únicas ou porque agregadas apenas formalmente ; dedicação quase exclusiva às atividades de ensino; estrutura administrativo-acadêmica voltada para as funções dos profissionais,etc. Nestas ao contrário, predominavam critérios e indicadores como: presença de estruturas de produção científico e de pós-graduação stricto-sensu consolidada e reconhecida ; presença marjoritária de docentes em regime de tempo integral e com qualificação pós-graduada que habilite para a pesquisa, integração das unidades em torno de projetos comuns de ensino e pesquisa (e extensão) em diferentes níveis; estrutura administrativa –acadêmica voltada para a formação de profissionais e para a formação de pesquisadores na maioria das áreas de conhecimento (SGUISSARDI, 2003, p. 8).

As universidades neopaleônicas, eram precárias, não tinham estruturas adequadas para a pesquisa e para os programas de pós-graduação, os professores

que tinham não possuíam qualificação satisfatória, não eram pós-graduados e exerciam o trabalho não integralmente, com dedicação exclusiva, pelo contrário, eram contratados para part-time, sem garantia de permanência no emprego, poucos eram os que tinham dedicação exclusiva. Já as universidades neo-humboldtianas eram bem estruturadas, com programas de pós-graduação *stricto-sensu*; os professores eram pós-graduados, preparados para um bom desempenho universitário, com a maioria atuando em tempo integral e possuindo a referida articulação de ensino, pesquisa e extensão e uma academia que disponibilizava de uma formação tanto de profissionais como de pesquisadores.

Todavia, o governo de FHC foi marcado por uma idéia de universidade como instituição de ensino, e também, como um serviço de mercantilização do saber, passando o Brasil por uma grande reforma no âmbito universitário, sob a égide do modo de produção capitalista e a operacionalização do neoliberalismo na educação superior.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2008, se no governo de Fernando Henrique Cardoso do total de IES, de 1.637, 195 eram públicas e 1.142 privadas em 2008, do total de 2.252 IES, 235 eram públicas e 2.016 eram IES privadas. Percebendo então o grande aumento das IES privadas que o governo Lula da Silva manteve em sua gestão. (BRASIL, MEC/ INEP, 2008,P.8).

O governo Lula (2003-2010), caracterizou-se pela expansão do acesso as universidades, ao instituir algumas ações, medidas e decretos que consubstanciaram a educação superior tais como a criação do Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior (SINAPES), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sob a lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, o Programa Universidade pra Todos (PROUNI), pela medida provisória nº213 de 10 de setembro de 2004, O Sistema de cotas, que abrange a reserva de vagas nas universidades públicas destinadas a negros e indígenas, sob o projeto de Lei nº3627/2004, instituiu normas para licitação e contratação da parceria público-privada no âmbito da administração pública, A Reforma da Educação Superior sob o Projeto de Lei 7.200/06, a legislação da regulamentação do Ensino a distância(EAD) e da criação da UAB, que disponibiliza de cursos a distância, o decreto 6095/07 que estabelece diretrizes para o processo de instituições federais de educação

tecnológica para os Institutos Federais, Ciência e Tecnologia- IFET, O programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais/REUNI sob o decreto 6069/07 e a divulgação das portarias 22 e 224/07, dentre outras medidas provisórias.

Podendo então constatar a ampliação do acesso as universidades no governo Lula, porém um ingresso que implica todas as formas que tenham o objetivo de amenizar os conflitos ocasionados pelos estudantes e docentes que lutam e reivindicam por uma educação de qualidade, notando-se a crescente privatização e comércio da educação através do aumento das IES, dos cursos pagos e da ampliação do PROUNI.

Em relação à política de pesquisa e de pós-graduação brasileira, a educação vem sendo voltada para os cursos pagos e pela companhia das universidades-empresas via direito privado nas universidades públicas, a busca pelo empreendedorismo e da competitividade na política de pós-graduação.

As EADs e o REUNI aumentam a labuta dos docentes, deixando-os muito atribuídos de trabalhos e fragilizando no seu engajamento no âmbito da pós-graduação, da pesquisa e extensão, ou seja, a expansão da educação superior brasileira, realizou uma reconfiguração através do projeto político-pedagógico, que reduz as universidades públicas através da ausência da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, incentivando a privatização das instituições de rede pública com os incentivos fiscais e a aprovação das EADS e seu seqüente crescimento.

3.1 A educação superior a luz da Lei de Diretrizes e Bases

A Lei das Diretrizes e Bases (LDB) foi instituída em 1996, sob a Lei 9.394, que estava no Congresso Nacional desde o ano de 1988, mas que só veio a ser aprovada em 1996, com a finalidade de atingir o pleno desenvolvimento da educação. Para a aprovação da referida lei, foram desenvolvidas diversas estratégias, construindo um espaço sociopolítico com acordos partidários, onde houve conciliações nas negociações entre os líderes políticos e os representantes governamentais. Nesse espaço surgiram ideologias e novas concepções da

educação assim como as suas relações com a sociedade e os setores da cultura e economia que passaram a rearticular um novo desenho social.

Tal lei permitiu garantir a educação brasileira, uma maior autonomia, além de propiciar a população maiores oportunidades de valorização e conhecimento.

De acordo com o artigo 207 da Constituição Federal brasileira, as Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira patrimonial.

As universidades brasileiras dispõem de extrema capacidade para desenvolver as habilidades no campo científico tais como ensino, pesquisa e extensão, e de gerir e administrar da forma mais benéfica suas finanças.

Conforme a LDB em seu artigo 43, a educação superior tem por finalidade, os seguintes aspectos:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V-suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

A partir desses objetivos ficam explícitas as muitas responsabilidades presentes na LDB, demonstrando assim, a aptidão das universidades, como também a importância dela atuar simultaneamente com toda a população de forma comprometida e capacitada, qualificando o discente tanto para a vida, quanto para o trabalho.

Polidori (2009) discorre sobre a apresentação da evolução do processo educacional no Brasil, afirmando que a mesma se estruturou a partir de diferenciados ciclos, quais sejam:

Primeiro ciclo (1986 a 1992) – várias iniciativas de organização de um processo de avaliação, e a existência de avaliações isoladas no país não se constituindo em uma avaliação de caráter nacional (PARU, GERES); Segundo ciclo (1993 a 1995) – denominado de formulação de políticas. Instalação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB); Terceiro ciclo (1996 a 2003) – denominado de consolidação ou implementação da proposta governamental. Ocorreu o desenvolvimento do Exame Nacional de Cursos (ENC), o Provão, e o da Avaliação das Condições de Oferta (ACO), a qual passou, posteriormente, a ser chamada de Avaliação das Condições de Ensino (ACE). Por fim, houve, ainda, algumas Portarias para regulamentarem e organizarem a avaliação das IES; Quarto ciclo (2003 a atual) – denominado de construção da avaliação emancipatória, com a implantação do SINAES, numa proposta de se desenvolver uma avaliação formativa e que considerasse as especificidades das IES do país (POLIDORI, 2009, p.444).

A partir da citação acima, pode-se depreender que, na verdade, todos os ciclos apontados perpassaram a história da educação brasileira, muito embora nem todos eles tenham contribuído de forma significativa com o desenvolvimento qualitativo da política de educação, mas sim a representação de perspectivas de mudanças que na maioria das vezes massacram aqueles que têm menos possibilidades de ter acesso a uma educação de qualidade, que seja capaz de competirem em nível de igualdade com aqueles que tiverem acesso a um ensino privilegiado. Tal aspecto ratifica, cada vez mais, uma dualidade entre aqueles que podem consumir um ensino mercantilizado, tendo, por sua vez, uma melhor educação, e aqueles que não podem pagar pela educação privada, tendo que se contentarem com um ensino precarizado e fragmentado, afinal essa é a lógica do neoliberalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, podemos inferir que a política de educação brasileira, ao longo de toda sua trajetória, notadamente, alcançou uma série de conquistas, as quais se tornaram extensivas a basicamente toda população, principalmente se partirmos para a análise da educação nas suas protoformas, a qual era destinada apenas aquelas pessoas que fossem abastadas. Todavia, tal ampliação, na atual conjuntura, não é suficiente para garantir através do Estado, conforme preconiza a Constituição Federal brasileira, uma educação de qualidade em nível de igualdade para toda população brasileira, gerando uma universalização excludente, na medida em que em pleno século XXI ainda identificamos um crescente número de pessoas sem nenhuma escolarização.

No que diz respeito à educação superior, apesar das “facilidades” do governo para a inserção de discentes nesse patamar, o que, na verdade, se identifica são tentativas de mascarar a incapacidade da educação pública de base para os alunos advindos da educação pública possam concorrer em mesmo nível de igualdade daqueles egressos do ensino privado as vagas nas Universidades Públicas. Não pretendemos com fazer nenhum tipo de apologia ao ensino privado, mas, infelizmente reconhecemos que do ponto de vista qualitativo a maioria se destaca quando comparado ao ensino público, sobretudo, pelo fato de se assistir dia a dia os interesses governamentais em precarizar cada vez mais as políticas públicas. Então, lamentavelmente, não tem como não deixarmos de reconhecer que a educação privada investe muito mais que a educação pública.

Nesse cenário de precarização do público em detrimento do privado, evidencia-se, no que tange a educação superior, uma assistência estudantil eminentemente paliativa e incapaz de atender as necessidades do corpo discente em nenhum aspecto, pois acompanha o processo de seletividade que é próprio das políticas públicas em tempos neoliberais.

Ressalta-se que os assistentes sociais, diante desse caótico cenário, se configuram como profissionais de extrema importância para mediar às conflituosas relações que peculiarizam esse contexto de desigualdades e de seletividade da

miserabilidade, dando, por sua vez, apesar dos intensos desafios e dificuldades peculiares dessa realidade massacrante, um caráter diferenciado aos espaços educacionais em que estão inseridos, a partir de uma perspectiva mediadora de intervenção de interesses divergentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **“Apontamentos sobre a Política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais”** In: CFESS. Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2011.

ALMEIDA, S. **O avanço da privatização na educação brasileira : o PROUNI como uma nova estratégia para a transferência de recursos públicos para o setor privado.** 2006, 123f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense , Niterói, UFF/FE, 2006. Disponível em: [http //www.bdtd.ndc.uff/tde_busca /arquivo.php?codArquivo =2032](http://www.bdtd.ndc.uff/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2032).

BRASIL/MEC/INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira. Relatórios Técnicos.** Resumo Técnico 2002. Disponível em: [<www.inep.gov.br/download/superior/censo/tabelas_resumo_tec_xls >](http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/tabelas_resumo_tec_xls). Acesso em 21 fev. 2014

BRASIL/MEC/INEP. **Censo da educação Superior 2008. Resumo Técnico.** Disponível em: [< www.inep.gov.br/download/censo /2008/resumo tecnico 2008 15 12 09>](http://www.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09) Acesso em 21 fev. 2014

CFESS. **Carta de Maceió: Seguridade Social Pública é possível!** IN Relatório de Deliberações XXIX Encontro Nacional CFESS/GRESS. Alagoas: CFESS, 2000.

_____. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação,** 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade** IN Atribuições Privativas do/a Assistente Social – Em Questão. Brasília: 2000

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social** IN Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

Leda, D. B.; MANCEBO, Deise. **REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente**, 2009. Disponível em <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educaçãorealidade/article/viewFile/8457/4922>>. Acesso em 22 fev. 2014

LEDA, D. B. **Trabalho docente no ensino superior : análise das condições de saúde e de trabalho nas instituições privadas do Estado do Maranhão**. Tese (Doutorado em Psicologia Social)- Políticas Públicas e Formação Humana /Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Lima, Kátia. **Contrarreforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo , Xamã, 2007.

MANCEBO, D. **Universidade para Todos: a privatização em questão**. Revista Pro-posições , Campinas, v 16, nº 16, Março , 2004. Disponível em : <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/> > Acesso em 22 fev. 2014

NEVES, L.(Org). **O empresariamento da educação: Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos de 1990**. São Paulo. Xamã, 2002